

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.585.747 - SP (2019/0281365-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**AGRAVANTE** : **CLEITON ALEX PATRUSSI (PRESO)**  
**ADVOGADO** : **JOÃO PESSOA DE MEDEIROS JÚNIOR - SP328749**  
**AGRAVANTE** : **DANIEL GUERRA DE OLIVEIRA (PRESO)**  
**ADVOGADOS** : **JOSÉ PEDRO SAID JÚNIOR - SP125337**  
 : **PAULO ANTONIO SAID - SP146938**  
 : **GABRIEL MARTINS FURQUIM - SP331009**  
 : **HENRIQUE ZIGART PEREIRA - SP386652**  
 : **SALVADOR SCARPELLI NETO - SP429489**  
**AGRAVADO** : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por **DANIEL GUERRA DE OLIVEIRA** contra decisão que inadmitiu o recurso especial pela incidência das Súmulas 284/STF, 7/STJ e pela impropriedade da via especial para conhecimento de contrariedade a dispositivo da Constituição Federal.

Aduz o agravante, em síntese: **a)** "em Recurso Especial foi detalhadamente descrito o prequestionamento, as normas constitucionais e infraconstitucionais violadas (mais que uma dezena), descrevendo-as em seus artigos e princípios, e aliás, mencionado como se deu referida ofensa"; e **b)** "não visou essencialmente o reexame da prova, circunstância esta de avaliação de mérito, mas sim demonstrou, pelas razões já ventiladas em momentos anteriores, como se mostrou patente a vulneração aos dispositivos legais" (e-STJ, fl. 1329).

No mais, limita-se a repisar as teses ventiladas nas razões do recurso especial, de nulidade da sentença condenatória e de ofensa aos teores da Súmulas 444 e 545, ambas do STJ.

Requer seja conhecido e provido o recurso especial.

As contrarrazões ao recurso especial foram apresentadas às fls. 1314-1318 (e-STJ) e o recurso especial inadmitido às fls. 1321-1322 (e-STJ). Daí o presente agravo (e-STJ, fls. 1327-1339).

O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do agravo (e-STJ, fls. 1385-1387).

**É o relatório.**

Decido.

No caso, o agravante apenas impugnou o óbice da Súmula 7/STJ, sem atacar os demais fundamentos específicos de inadmissão do recurso.

Assim, a parte interessada deixou de refutar a aplicação da Súmula 284 do STF e a impropriedade da via especial para o conhecimento de afronta a dispositivo da Constituição Federal, o que atrai o impeditivo da Súmula 182 deste Superior Tribunal, segundo a qual "é inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada".

Nesse sentido, os seguintes precedentes: AgRg nos EREsp 1.387.734/RJ, Rel. Ministro JORGE MUSSI, CORTE ESPECIAL, DJe de 9/9/2014; e AgRg nos EDcl

# *Superior Tribunal de Justiça*

nos EAREsp 402.929/SC, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, CORTE ESPECIAL, DJe de 27/8/2014.

Anote-se, ainda, que o Código de Processo Civil de 2015, em seu art. 932, reafirmou a orientação do STJ, ao exigir a impugnação específica dos fundamentos da decisão agravada.

Tem-se que "a jurisprudência desta Corte é assente no sentido de que, para afastar a incidência da Súmula 182/STJ, não basta a impugnação genérica dos fundamentos da decisão agravada, é necessário que a contestação seja específica e suficientemente demonstrada" (AgInt no REsp 1.600.403/GO, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 23/8/2016, DJe 31/8/2016).

Ademais, em recente julgamento do EAREsp 746.775, datado de 19-9-2018 e publicado em 30-11-2018, a Corte Especial do STJ manteve o entendimento da necessidade de impugnação específica de todos os fundamentos da decisão agravada, sob pena de incidência da Súmula 182/STJ.

Em face do exposto, **não conheço** do agravo em recurso especial, nos termos do art. 253, parágrafo único, I, do RISTJ.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de dezembro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS

Relator